



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, Ministro Extraordinário Henrique Meirelles, antes de mais nada, quero justificar a ausência do Presidente efetivo da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que não se encontra presente por estar, neste momento, em reunião com o Ministro do Planejamento, para tratar da proposta orçamentária para o ano de 2010.

É um prazer declarar iniciada a segunda reunião conjunta de audiência pública de 2009, com a participação das seguintes Comissões: Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados; Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao primeiro semestre de 2009, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal. Convidado: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central.

Anuncio também a presença do Dr. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Administração, e do Dr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica.

Os Presidentes das Comissões que realizam esta audiência conjuntamente que não se fazem presentes estão representados por titulares das Comissões, sendo: Comissão de Tributação, Deputado Vignatti, representado pelo 3º Vice-Presidente, Deputado Félix Mendonça; Comissão de Desenvolvimento Econômico e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Edmilson Valentim, representado por companheiros; Comissão de Fiscalização, Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Silvio Torres, representado pelo Deputado Rômulo Gouveia.

O palestrante, Dr. Henrique Meirelles, disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, podendo ser aparteado, se assim o permitir.

Os Srs. Parlamentares inscritos para interpelarem o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição. Para tanto, disporão do prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e tréplica pelo prazo de 2 minutos.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Com a palavra o Ministro Henrique Meirelles.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

É uma satisfação e uma honra estar mais uma vez no Congresso Nacional, prestando contas dos resultados do Banco Central.

Do nosso ponto de vista, esta é a mais importante reunião do ano, na qual prestamos contas à sociedade, o que é extremamente positivo. Desta feita, veremos o resultado da boa fase econômica que o Brasil está vivendo, os bons resultados alcançados pelas políticas geridas pelo Banco Central.

A presença que aqui verificamos mostra que existem outros problemas chamando a atenção de V.Exas., o que é um bom sinal — sinal de que não temos problemas nessa área. Mas, vamos em frente.

Os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, objeto desta exposição, estão explícitos nos termos da Lei da Responsabilidade Fiscal.

Em primeiro lugar, vamos fazer uma análise dos resultados contábeis do Banco Central.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

No primeiro semestre de 2009, o Banco Central apresentou um resultado líquido negativo de 941 milhões de reais. De acordo com a legislação aplicável, o resultado apurado nesse período, o primeiro semestre de 2009, será coberto pelo Tesouro Nacional até janeiro de 2010. Apenas como comparação, ressalto que, no segundo semestre de 2008, o Banco Central apresentou resultado positivo líquido de 10 bilhões e 172 milhões de reais, recursos que foram transferidos ao Tesouro Nacional em março de 2009.

Esse é um sumário das variações de resultado, e o item mais relevante é o aumento de despesa de juros pagos pelo Banco Central ao Governo Federal. A maior variação de resultado do segundo semestre de 2008 para o primeiro semestre de 2009 foi o total de juros pagos ao Governo Federal. A razão disso é interessante. Aparentemente, é paradoxal, mas é interessante. Refiro-me à questão contábil. O Banco Central do Brasil gerou, no ano passado, em razão das suas operações de derivativos cambiais — nas quais teve um lucro de 10 bilhões de reais, mais as operações de carregamento de reservas que, no ano passado, geraram um lucro de 171 bilhões de reais —, resultados que são meramente contábeis, porque não são realizados e transferidos ao Tesouro. E, no momento em que havia um grande resultado positivo a ser



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

transferido ao Tesouro, e foi carregado pelo Banco Central de dezembro a março, esse resultado gera juros a serem pagos pelo Banco Central ao Tesouro. Em resumo, essa é a variação mais relevante de resultado de um semestre para outro.

É o que podemos constatar se olharmos, por exemplo, os resultados dos 4 últimos semestres, inclusive este corrente. O resultado oscila muito em razão dessas contas entre o Banco Central e o Tesouro: 3 bilhões de reais positivos no primeiro semestre de 2008, 10 bilhões positivos no segundo semestre, 900 milhões negativos no primeiro semestre. E, no segundo semestre, até agora, nos meses de julho e agosto apenas, já obtivemos lucro — um resultado positivo de 1 bilhão e 620 milhões de reais. Em resumo, esse é o resultado do Banco Central. No ano, já é positivo, apesar da variação, no primeiro semestre, desse pagamento de juros a maior ao Tesouro Nacional.

Objetivo de política monetária do Banco Central.

Cumprimento da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional para 2009 e 2010: 4,5% com tolerância de 2 pontos percentuais para cima ou para baixo, como é do conhecimento de todos.

Temos a satisfação de informar que a inflação acumulada em 12 meses, até agosto de 2009, é de 4,36%. Portanto, ligeiramente inferior ao centro da meta. Se olharmos a trajetória de inflação dos últimos anos, vamos verificar que a inflação orbita em torno do centro da meta, o que é a trajetória desejável, mas sempre dentro do intervalo de tolerância, repetindo o que já dissemos na última vez: no ano de 2008, o Banco Central do Brasil pôde entregar à sociedade brasileira uma das únicas inflações — talvez a única — dentro da meta dos países mais importantes, no ano de 2008, devido à subida da inflação naquele ano, por motivos diversos, em vários países do mundo.

Em vermelho, temos a previsão de inflação para frente. A expectativa do mercado para a inflação, em 2009, é de 4,30%, portanto, dentro do intervalo de metas definido pelo Conselho Monetário Nacional.

A taxa de juros de mercado, que é aquela taxa, como já dissemos outras vezes, de 180 ou 160 dias, que é o mercado a termo, mas que reflete o comportamento das taxas de juros dos mercados de atacados, dos mercados interbancários. E essa, sim, é a taxa que mais influencia a atividade econômica. Essa taxa, como vemos, tem tido uma trajetória cadente nos últimos anos, produto da estabilização da economia brasileira — o último número, de 11 de setembro: para 180 dias, 8,71%; e 360 dias, 9,12%. É um número baixo, como vemos historicamente no Brasil. Taxa de juros reais, aquela taxa acima da inflação, uma trajetória similar, é o menor, é o mínimo histórico, hoje 4,8% de taxa de juros reais. E isso tem impactos diretos no custo de carregamento da dívida pública pelo Tesouro Nacional. A despesa de juros, o carregamento da dívida pelo Tesouro Nacional é cadente, como vamos mostrar em seguida.

Objetivos do Banco Central.

A política creditícia objetiva ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. O crédito, como percentagem do produto, atingiu, em abril de 2009, 45% do produto. É o valor mais alto desde o início da série histórica: julho de 2009 sobre julho de 2008, 8,3% — 1,1% de crescimento. Portanto, temos uma trajetória de crescimento.

O crédito imobiliário também está crescendo — 76 bilhões de reais é um número ainda relativamente pequeno, comparado ao de outros países, mas é uma trajetória de crescimento rápido, de novo resultado do sucesso da estabilização da economia brasileira.

A recente crise mundial gerou reflexos importantes no crédito no Brasil. A média de crédito pré-crise era de 7,1 bilhões de reais/dia. Essa era a média diária de concessão total de crédito no Brasil. Isso caiu fortemente em outubro, como mostra o gráfico. Mas, devido a uma série de medidas tomadas pelo Banco Central, esse crédito voltou rapidamente, como vemos no gráfico. Em janeiro, caiu muito devido ao processo de desestocagem das indústrias, falta de demanda, mas voltou a crescer na média de março a julho de 2009 — nós já estamos ao redor da média pré-crise. No mês de julho há uma queda, porque o mês de julho sazonalmente tende a ser mais baixo, mas agosto já está mostrando números melhores.

Se verificarmos as concessões de crédito para veículos e vendas internas, vamos ver claramente que esse item, que caiu fortemente durante a crise, em outubro e novembro, voltou a crescer rapidamente. E vamos verificar como as vendas internas de veículos cresceram em conjunto com o crédito. Isso mostra que o crédito é fundamental para as vendas de bens duráveis no Brasil. O fato de que o Brasil pôde enfrentar a crise com sucesso foi fundamental para a recuperação da economia. Porque, sem crédito, a economia não tem condições de ter um bom desempenho, evidentemente; e, no caso de venda de bens duráveis, essa correlação é claríssima.

O objetivo do Banco Central na política cambial é o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante. A flutuação do fluxo cambial no mês de setembro foi negativa, mas, nos meses anteriores, foi sistematicamente positiva.

As reservas internacionais brasileiras cresceram fortemente nos últimos anos, chegando ao nível pré-crise, em agosto, com 205 bilhões de dólares para a prestação de contas em relação a este ano; portanto, praticamente no primeiro semestre. Em agosto de 2008, estávamos a 2005; caímos um pouco durante o correr do segundo semestre do ano passado, mas já estamos hoje a 222 bilhões de dólares. De forma que o País está saindo da crise mais forte, com acúmulo



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de reservas, ao contrário de muitos países que tiveram dispêndios de reservas muito importantes, particularmente alguns países em desenvolvimento.

No que tange aos feitos fiscais da política monetária, o impacto direto da taxa de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico. A política monetária tem impactos fiscais indiretos por meio dos efeitos sobre a expectativa de inflação, a própria inflação e, em consequência, as taxas de mercado, que são as pagas pelo Tesouro, a taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo.

Uma maneira de se avaliar os efeitos fiscais da política macroeconômica é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto. Se vemos, por exemplo, os juros nominais do setor público consolidados, pagos, portanto, pelo setor público, como percentagem do produto nos últimos anos, vamos ver a trajetória acadêmica. Isso reflete não só uma diminuição do valor da dívida, como percentagem do produto em razão do superávit primário, consistentemente entregues pelo Governo, mas a queda da taxa de juros real na economia, resultado de uma política monetária bem-sucedida, resultado de uma inflação sob controle, resultado de um compromisso da autoridade monetária com uma inflação na meta. Mesmo que, em alguns momentos, signifique elevação da taxa básica de juros, isso reflete uma queda consistente dos prêmios de riscos e, em consequência, queda do custo de captação do Tesouro Nacional.

A dívida pública líquida, em consequência dos fatores que mencionei, tem caído, como mostra exatamente sua trajetória. Hoje, estamos em 42,8% do produto, ainda num patamar inferior ao da entrada da crise. Tivemos uma diminuição da dívida, ao contrário da maior parte dos países, no primeiro momento da crise, devido ao ganho das reservas. As reservas tiveram um aumento de valor em reais em virtude da depreciação do câmbio. O Governo brasileiro hoje é credor líquido em moeda externa. Então, quando houve depreciação do real, houve queda da dívida líquida. A dívida líquida, no entanto, já voltou ao patamar, pela reação dos mercados, a normalização dos mercados etc. E, com isso, estamos hoje com uma dívida de 42,8%, mas, de novo, menor do que a registrada na entrada da crise.

Os números seguintes são as previsões dos analistas econômicos, segundo pesquisa feita pelo Banco Central no Relatório Focus para os próximos anos.

Essa previsão, portanto, de 42,8% é para dezembro — já estamos com essa previsão para o fechamento deste ano. Evidentemente, o de 2008 é um número real, efetivo — 42,8% é um número atual de previsão para o final do ano e, para os anos seguintes, os números e previsão do mercado.

A dívida externa líquida do setor público, como mencionei, é negativa hoje. O setor público é credor líquido em moeda externa. Isso mostra a grande melhora nas contas externas brasileiras. Tínhamos uma dívida externa líquida muito alta em 1993, chegava a quase 25% do produto. Ela foi caindo até o meio da década de 90; ao final da década de 90, voltou a subir, chegando a quase 15% do produto do início de 2003; voltando a cair e, agora, alcançou um número negativo, o que significa que o País é credor líquido. Essa é outra maneira de mostrar o fato, isto é, não só que as reservas aumentaram, mas que o total da dívida bruta caiu. Temos a evolução da dívida externa total bruta — não a dívida líquida, que, como vimos, é negativa.

Quanto à dívida externa líquida, portanto, é feita aqui uma comparação, por exemplo, com a década de 70, quando houve um aumento da dívida líquida no momento em que havia um crescimento econômico importante, no caso, da dívida externa. Vamos ver, nesse ciclo, que o País cresce a taxas elevadas, mas a dívida líquida externa está caindo.

Falando agora de medidas anticrise, a crise atingiu o Brasil fortemente pelo canal de crédito, como mencionei. Isso atingiu duramente o mercado de crédito brasileiro, como mostrado no gráfico de concessões. O Banco Central reagiu rapidamente.

Medidas de liquidez anticrise reais: em primeiro lugar, liberação de 100 bilhões de reais em compulsório; 42 bilhões direcionados ao mercado interbancário, particularmente para bancos pequenos e médios e, posteriormente, criação do recibo de depósito bancário com garantia até 20 milhões de reais pelo Fundo Garantidor de Crédito. Medidas que, como mostramos, funcionaram de forma eficaz. Além disso, injeção de liquidez do mercado cambial, 14,5 bilhões no mercado à vista, 24,5 bilhões de empréstimos para bancos reemprestarem a exportadores.

O importante, em vermelho, é o que já está sendo recuperado — 11,5 bilhões de dólares comprados pelo Banco Central no mercado, mostrando a reversão das expectativas em relação ao Brasil; os bancos já pagaram ao Banco Central 21 bilhões dos 24 bilhões de dólares. O Brasil tem hoje a chamada saída automática dos mecanismos anticrise, porque a normalização dos mercados vai fazendo com que o Banco Central possa recomprar dólares e receber as linhas de crédito. Além do mais, o Banco Central fez um investimento forte para o País por meio da venda de ativos nos seus mercados futuros — vendas de câmbio nos mercados futuros: cerca de 33 bilhões de dólares dos quais 11 já foram revertidos com uma posição líquida de 22 bilhões, que é exatamente a posição positiva comprada no início da crise, o que significa que hoje estamos zerados nesse mercado.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para entrar na fase final, o Brasil, de fato, como é hoje do conhecimento de todos, vai bem. Ele está saindo da crise com mais força inclusive do que estava antes da crise, se comparado com os demais países. Se olharmos a produção de automóveis, em amarelo, vamos ver como ela caiu quando a crise atingiu o Brasil, principalmente quando houve restrição de crédito; depois, com a restauração de crédito e dos estímulos fiscais, a produção de automóveis entrou num processo de recuperação. De novo, isso é resultado do sucesso das medidas anticrise e conseqüência, evidentemente, dos fortes fundamentos da economia brasileira na entrada da crise, produto do resultado dos últimos anos.

Nas vendas de veículos, também houve uma recuperação importante, um certo efeito das expectativas de renovação ou não do IPI, em março, junho; nos meses em que houve uma venda mais elevada, cai um pouco, mas ainda a tendência é de patamar elevado. Os líderes da indústria automobilística têm informado oficialmente, inclusive na última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social, que existe uma boa probabilidade de termos este ano um recorde histórico no Brasil, isto é, a maior produção de veículos da história e a maior venda de veículos no mercado doméstico também da história do País. Particularmente, quanto às vendas, é mais provável. Quanto à produção, ainda é um duvidoso, por causa problema da queda das exportações. Mas, certamente, as vendas do mercado doméstico caminham com muita possibilidade para ser o recorde histórico.

Vendas de veículos. Se compararmos, por exemplo, a evolução percentual durante a crise e no pós-crise — o Brasil é azul-claro; Europa, azul-escuro, Japão e EUA —, vamos ver como a recuperação do Brasil, de fato, foi primeira e mais consistente.

Produção de veículos. Comparando julho de 2009 com julho de 2008, em vermelho, e o número mais importante, julho de 2009 sobre dezembro de 2008 — em azul mostra a recuperação do pico da crise para o momento atual —, vemos como Brasil está num processo de recuperação rápida.

A produção industrial caiu com a crise e já entra numa trajetória consistente. Temos agora, desde janeiro, uma trajetória de recuperação importante. Até julho, a recuperação consolidada, 7 meses de crescimento consecutivos da produção industrial. E previsões de analistas e economistas são de continuado crescimento nos próximos 3 meses.

A confiança da indústria já está acima da média histórica. Isso significa que os empresários já confiam em que, de fato, o Brasil entrou numa rota sólida de recuperação da crise e tem perspectiva positiva de crescimento e, portanto, à frente de investimentos.

Utilização da capacidade industrial em países selecionados.

Apenas uma comparação do Brasil com a Coreia, Turquia, Europa, EUA, Peru, Estônia, Tailândia, um misto de países industrializados, países da Europa, EUA e alguns países emergentes. Em amarelo, o índice pré-crise. Vimos que o Brasil era desses países que estavam usando mais a capacidade instalada, com um ritmo de crescimento muito forte. Em azul, o ritmo atual. Caiu em relação ao ritmo pré-crise, mas vamos ver que é o maior de toda essa amostra, inclusive maior do que o de um país que está num processo de recuperação muito bom, a Coreia. Então, esse processo no Brasil está bem rápido.

Vendas do comércio — comércio varejista. Pesquisa mensal do comércio. Vamos ver uma trajetória de recuperação, uma queda na crise, mas já com uma recuperação. Julho de 2009 sobre julho de 2008, 5,9%, e um crescimento na margem também mês a mês.

Agora, um dado da maior importância: o crescimento do Brasil, o PIB na saída da crise. Variação do segundo semestre de 2009 contra o primeiro, dados “dessazonalizados”, isso aqui anualizado, para termos uma comparação com outros países que publicam dados anualizados. Podemos ver que o Brasil, claramente, é um dos países que têm crescimento mais forte, sendo pouco maiores o da Coreia e o da China. A Coreia tinha caído muito no primeiro semestre, muito mais do que o Brasil. A China está num processo, de fato, muito forte. Então, vamos ver como o Brasil está aqui entre os líderes do processo de recuperação econômica no mundo.

Taxa de desemprego. No menor nível para o mês de julho, 8% de desemprego em 2009, menor do que o 8,1% de 2008, o menor da série. De novo, vemos a solidez do processo de recuperação do Brasil.

Se compararmos a evolução do desemprego no Brasil nos últimos anos com os Estados Unidos e com a Europa — Brasil, verde; Europa, azul —, vamos ver que o Brasil parte, no início da década, com a taxa de desemprego bem mais elevada do que a da Europa. Cai, volta a subir, aproxima-se e equivale-se à da Europa no início da crise. E saímos da crise hoje com o nível de desemprego menor de distanciamento do que o nível europeu, invertendo uma tendência histórica. Os Estados Unidos trabalham com nível de desemprego normalmente mais baixo, sobem rapidamente, estando hoje acima da Europa, acima do Brasil. O Japão trabalha com um nível de desemprego baixo. Subiu um pouco, mas se mantém, pela estrutura da sociedade japonesa de empregos, para a vida inteira nas empresas. É uma outra estrutura de sociedade.

Criação de empregos. Esses são dados da maior importância. Isso mostra, de fato o resultado da política econômica. No fundo, é onde está o resultado para a população, onde está a criação de emprego. Em última análise, é um



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

objetivo fundamental de política econômica. Então, vamos ver como houve, sim, um decréscimo no mês de janeiro, como tinha havido em dezembro e novembro, mas vamos ver que já houve uma recuperação leve com criação positiva em fevereiro. E a partir daí, sempre números positivos, números de agosto, um número de fato extraordinário de 242 mil novos postos de trabalho criados no País, superior, de novo, aos outros meses de agosto da série.

Falemos agora dos propulsores desse crescimento. O emprego, certamente, e as concessões de crédito, como já mostrei. Já estamos agora com uma média de 7 bilhões de reais por dia, equivalentes à média pré-crise, a massa salarial já recuperando, já crescendo, retomando a tendência ideal. A massa salarial real, julho de 2009 sobre julho de 2008, crescendo 4,5%. Houve uma queda na taxa de crescimento e, depois, já uma retomada. Salário real, o mesmo processo, crescendo sobre o ano passado 3,4%. Dado da maior importância. Se olharmos desde 2002, a evolução da classe média com percentual da população brasileira *versus* a classe de renda mais baixa, vamos ver que a classe de renda mais baixa cai de cerca de 30% para 18% da população, a classe média sobe de 41,6% para 53,2% da população. Isso, em última análise, é resultado da política econômica.

Desigualdade de renda. Dado da maior importância. Quanto menor o índice, menos desigualdade. O índice mede desigualdade. É notável como está caindo a desigualdade no Brasil nos últimos anos, medido pelo Índice Gini, fonte Getúlio Vargas.

Portanto, Sr. Presidente, era o sumário que gostaríamos de apresentar sobre a evolução recente da economia brasileira.

Obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) - Agradeço ao Dr. Henrique Meirelles a lúcida exposição e a tranquilidade que nos dá quanto ao fim da crise que se abateu sobre a economia mundial.

O debate será iniciado.

Indago dos Presidentes das Comissões se desejam usar da palavra. *(Pausa.)*

Como já se manifestou o Deputado Félix Mendonça, concedo-lhe a palavra neste instante.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA** - Sr. Presidente, Sr. Ministro, na verdade, os dados são otimistas, e o Brasil sente que estamos caminhando para a primeira recuperação talvez no mundo em razão da nossa própria estrutura, da nossa própria economia, da atuação do Banco Central e dos entes econômicos que contribuem para esse desenvolvimento.

Mas, Sr. Ministro, há uma preocupação grande com relação ao câmbio.

A Bahia, por exemplo, tem a Ford, que representa uma grande exportadora, e também o cacau, que é a minha atividade, atividade em que milito na minha região, e também sofre com isso. Temos um preço altíssimo no mercado internacional um preço nunca visto, de 3 mil dólares por tonelada. Entretanto, o câmbio não tem ajudado nos preços internos, os preços que processamos.

Essa é a primeira preocupação e a primeira indagação que faço, para que V.Exa. nos indique os caminhos que serão seguidos de agora em diante.

Como V.Exa. representa o Brasil, sabemos que temos um representante competente. Pergunto, então: qual a principal contribuição do Brasil nas discussões mundiais sobre a regulação financeira para evitar essas crises sistêmicas?

São as duas perguntas que gostaria de fazer ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** - Sr. Presidente, Deputado Pedro Novais, peço a palavra para uma questão de ordem sobre a reunião.

Consulto V.Exa. se a Mesa pretende dar a palavra aos Presidentes das Comissões; em seguida, ao Presidente do Banco Central para responder, e depois para os Deputados que se inscreveram, bloco a bloco. Gostaria de saber como vai ser para podermos nos organizar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) - A minha intenção é conceder a palavra a 3 oradores, se o Ministro concordar, depois S.Exa. responderá. Em seguida, concederei a mais outros 3 oradores e assim por diante.

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) - Nessa ordem, então, ouvido o primeiro orador, Deputado Félix Mendonça, passaremos à lista. Neste caso, Deputado Duarte Nogueira, V.Exa. é o segundo.

Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Ministro Henrique Meirelles, cumprimento V.Exa. pela apresentação.

Na verdade, do conjunto da obra, de todos os números da nossa economia, podemos ver positivamente os números e, ao mesmo tempo, o desempenho no momento. Sem dúvida, o País teve de atravessar momentos de crise



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mundial, que não foi uma marolinha no planeta como um todo, nem aqui. Houve um esforço de se tentar evitar problemas maiores na economia. No entanto, o Brasil, pelos fundamentos econômicos que vem adotando desde a implantação do Plano Real, conseguiu ficar menos sujeito às turbulências do que grande parcela dos países.

Indago de V.Exa. alguns pontos. Não sei se passou despercebido quando acompanhei sua apresentação a questão do superávit primário, não me lembro se foi mencionado. No entanto, chamo a atenção para os dados que consultamos, por meio da nossa Assessoria, na fonte do Banco Central.

Notamos que o Governo flexibilizou as suas contas de forma bastante acentuada e num ritmo sem a menor comparação com outras instâncias de Governo, nesse momento da crise. Tivemos, por parte dos Estados, também uma piora nas contas; no entanto, de forma menos desequilibrada ou menos gritante do que foi com as contas do Governo Federal. Mais ainda em relação às Prefeituras, porque os mandatários municipais, à exceção dos que foram reeleitos, geralmente no primeiro ano de governo seguram um pouco mais as contas municipais para se organizarem para o mandato.

O que aconteceu? O acumulado até julho, no superávit primário, caiu 3,38 pontos do PIB este ano, ou seja, despencou de 5,63%, em 2008, para 2,25% agora, em 2009. Portanto, o Governo alterou 84% a menor no que diz respeito ao superávit primário, os Estados, numa média de 30% a menos. Indago de V.Exa. — é a minha primeira pergunta — sobre essa questão do superávit primário. Um dos pontos da nossa política econômica envolve o câmbio flutuante, as metas de inflação e o superávit primário.

Eu gostaria, portanto, de saber por que isso aconteceu e como o Banco Central pretende atuar nos próximos meses ou nos próximos períodos, no que diz respeito ao superávit primário.

O outro ponto está centrado na dívida pública. Presenciamos um esforço, de fato, nos últimos governos, do Plano Real para cá, do Presidente Fernando Henrique e do Presidente Lula, com uma sequência bastante equilibrada, sem alteração, da redução da dívida pública/Produto Interno Bruto. Pela primeira vez, há um aumento da dívida pública — de 38% para 42% — nesses últimos anos.

O gráfico que V.Exa. apresentou projeta que apenas em 2011, portanto somente daqui a 3 anos, teremos condições de retornar aos patamares de 2008, 38% da dívida pública em relação ao PIB. Portanto, parece-nos um problema isolado ou uma questão decorrente de descuido do Governo em relação às contas públicas.

Isso nos preocupa, porque teremos, neste momento, com certeza, por força da crise mundial, dificuldade em manter os patamares crescentes de arrecadação, como vínhamos tendo nos últimos anos, até 2007. Devido à pequena capacidade de aumento da arrecadação, estaremos comprometendo a receita pública de modo muito severo nos próximos anos.

Por último, gostaria que V.Exa. comentasse o anúncio feito pelo Ministro Mantega de que estaria encaminhando ao Congresso Nacional projeto de lei para taxar a poupança em 22,5%, no Imposto de Renda, nas contas que superarem 50 mil reais em depósitos. Trata-se de mais uma alavanca arrecadadora sobre o bolso do contribuinte que o Governo pretende implementar, além da sinalizar a criação da CSS, a reedição da CPMF e assim por diante, num momento em que, como afirmei, aponta-se um aumento da dívida pública em termos percentuais do nosso Produto Interno Bruto.

De antemão, agradeço a oportunidade, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) - Muito obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

O terceiro integrante do primeiro bloco é o Senador Francisco Dornelles, que muito honrou esta Casa e a Receita Federal.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES** - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Pedro Novais.

Presidente Meirelles, devo lembrar que o Deputado Pedro Novais foi o criador da Secretaria da Receita Federal. Esta estrutura que nos ameaça hoje tem, portanto, dono: o Deputado Pedro Novais.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento o Presidente Henrique Meirelles pela exposição clara e objetiva que, mais uma vez, faz na Comissão de Orçamento. E, na pessoa do Presidente Henrique Meirelles, cumprimento o Governo pela maneira competente como administrou uma crise gerada no exterior, que entrou no Brasil com grande intensidade, ameaçando os alicerces da economia brasileira.

Foi por meio de medidas extremamente pertinentes nas áreas fiscal, monetária e creditícia que conseguimos atenuar os efeitos desta crise sobre o nosso País. Hoje, todos os dados — do IBGE, da Fundação Getúlio Vargas e do CAGED — mostram que o País já tem condições de retomar o seu nível de investimento e de crescimento, sobretudo com estabilidade monetária.

Nesse enfoque, cabe-me ressaltar a posição do Presidente da República, que todo o tempo, manteve um discurso extremamente otimista, não deixou o País sucumbir a uma depressão psicológica. Sempre demonstrou à sociedade que



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acreditava na economia brasileira, que acreditava nos homens que comandavam a economia brasileira e que não permitiria que um clima de desastre e de perplexidade tomasse conta do País.

Quero ressaltar, também, a posição do Ministro Mantega no campo fiscal. Ressalto, sobretudo, a posição do Presidente Henrique Meirelles, que tomou medidas rápidas, claras, objetivas no campo monetário e no campo creditício.

O Presidente Henrique Meirelles é hoje o brasileiro com maior credibilidade e com maior destaque em toda economia mundial. Quando está presente em qualquer seminário, é sempre aquela pessoa que é escutada. É a ele que recorrem técnicos representativos dos comandantes da economia de todos os países. E a sua presença é sempre aquela garantia de que o Brasil está no caminho certo, de que está tomando as medidas que todos esperavam que, com sua competência, ele imprimiria ao País.

Essas são as minhas palavras. Eu não tenho nenhum questionamento a fazer. Apenas cumprimento V.Exa., Presidente Henrique Meirelles, pela competência que demonstrou na administração desta crise e pela credibilidade que traz ao País em todos os seminários, em todo o contexto internacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) - Obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** - Muito obrigado, Presidente.

Responderei as perguntas do Deputado Félix Mendonça. A primeira delas é referente ao câmbio. Diz respeito a uma visão sobre o que acontece no câmbio e a preocupação com a apreciação cambial.

É importante mencionar que existe uma correlação importante do real com uma série de moedas de países produtores de *commodities*.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Por exemplo, em verde vemos a variação do real, medido aqui... Quantos dólares por real — entre 0.65 e 0.40 a oscilação. Está invertido para simplificar o processo de visão. Então, nós vamos ver que o verde é o dólar *versus* o real; o azul é o dólar *versus* o dólar australiano; e o azul claro é o dólar *versus* o dólar da Nova Zelândia. Há uma correlação muito grande. Não é de 100%. Existem momentos em que uma moeda varia mais do que a outra. Em alguns momentos o real tem valorizado mais do que as outras moedas; em outros momentos, não. Mas vamos ver claramente que existe uma correlação. Isto é, no momento em que existe uma queda no preço do *commodity*, essas moedas caem; no momento em que sobe o preço do *commodity*, essas moedas sobem. Isso mostra o resultado de todo o esforço feito pela população, pelo Governo brasileiro, pelos empresários do agronegócio, pelos agricultores, pelos pequenos agricultores, enfim, por todos aqueles que trabalham no campo, em diversos setores, em diversos segmentos, para aumentar a capacidade do Brasil de exportar *commodity*. Isso se deve também ao sucesso da política mineral do Brasil, à sua capacidade. O Brasil é o maior exportador de minério de ferro. E agora, com o pré-sal, está em vias de se tornar um grande exportador de petróleo. Tudo isso faz com que haja essa correlação importante.

Em segundo lugar, mostro a correlação da taxa de câmbio invertido — quantos dólares por real, para mostrar a correlação. Em vermelho, temos a taxa de câmbio real efetiva; e em azul, a variação do preço da *commodity*. A variação da *commodity* oscila um pouco mais. Não é, de novo, uma correlação 100%. A *commodity* move-se com maior velocidade para cima e para baixo do que a cotação do câmbio. Mas vamos ver que existe uma correlação, sim, entre a variação do preço das *commodities* e do real e, em consequência, nos demais países produtores de *commodities*.

Existe também uma correlação do câmbio real: o risco, a chamada aversão ao risco internacional. Aumenta a aversão ao risco, a moeda deprecia; cai, a moeda se aprecia.

Voltemos agora à medida de variação do real — quantos reais por dólar. Vamos ver exatamente essa mudança clara, em que a cotação do dólar frente ao real sobe com o aumento do risco e cai com a diminuição do risco.

Portanto, existem correlações importantes: em primeiro lugar, em relação à variação das *commodities*; em segundo lugar, em relação à própria variação do dólar como moeda, frente a todos os outros países — o dólar varia porque tem uma correlação inversa, inclusive, com o preço das *commodities*, muitas vezes, e a variação diretamente das *commodities*.

O Banco Central faz uma política no sentido de evitar distorções na formação de preços, movimentos especulativos. O Banco Central tem uma política de acumulação de reservas e tem como orientação geral a política de comprar o saldo dos fluxos positivos de moeda externa na economia brasileira, evitando distorções nos mercados e distorções de formação de preços.

Como sabemos, a experiência de tabelamento de taxa de câmbio ou meta de câmbio não tem sido bem-sucedida na maioria dos países, inclusive no Brasil. O Governo está olhando com muita seriedade a questão da competitividade do setor exportador brasileiro e todas aquelas medidas que já foram, inclusive, discutidas, que podem aumentar a



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

competitividade do setor exportador, com o objetivo de não depender exclusivamente de uma moeda fragilizada para poder exportar.

Passemos, agora, à questão da contribuição do Brasil para a regulação internacional.

A maior contribuição que o Brasil deu, além da participação que temos tido nos órgãos... Hoje o Brasil faz parte do Conselho de Estabilidade Financeira mundial. Até há pouco tempo apenas o G7 fazia parte dele; depois, o G10 — os países mais tradicionalmente ricos. Agora, o Brasil, a China, a Índia passam a fazer parte desses fóruns internacionais. E o Brasil tem tido participação de muito destaque.

Fazemos parte também do Comitê de Basileia, que faz a normatização bancária — uma novidade também. Há mudanças importantes na estrutura de poder na regulação mundial, agora, com a participação do Brasil.

É importante mencionar que a maior contribuição do Brasil, na minha opinião, foi o bom exemplo. Grande parte das recomendações já feitas pelos bancos centrais reunidos na Basileia e pelos chefes das agências fiscalizadoras e reguladoras já estão em aplicação no País há um certo tempo. Por exemplo, a existência do colchão de capital sobre o capital mínimo, para que o banco acumule capital durante o período de expansão e possa usá-lo no período de recessão. O Brasil, hoje, já tem um índice mínimo de capitais exigido — 11, *versus* os 8 recomendados na Basileia. Já há um colchão aí. Mas existe um colchão maior. O País entrou na crise com um índice de capitalização do sistema financeiro de 17%, *versus* os 8 — é o mínimo recomendado pela Basileia.

Então, o colchão de capital nós já temos. Isso é importante, porque o que acontecia no sistema financeiro mundial, particularmente no americano, é que os lucros dos bancos eram distribuídos muito rapidamente — sejam dividendos, sejam bônus executivos, como está nos jornais. Agora a determinação é no sentido de que os bancos não podem distribuir tudo. Vão ter de manter capital na instituição para usar em momentos de maior contração da economia. E isso já é feito no Brasil.

Quanto ao colchão de liquidez, ocorre a mesma coisa. O Brasil tem, ainda, os depósitos compulsórios. Eles permitiram que o sistema enfrentasse a crise de liquidez no momento adequado.

Em resumo, é recomendado que todas as instituições financeiras sistemicamente importantes sejam fiscalizadas e reguladas pelas autoridades. No Brasil todas o são, não apenas as sistemicamente importantes. As 21 instituições que operam no mercado financeiro são supervisionadas e reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Não vou citar toda a lista, senão vou cansar V.Exas. Mas, de qualquer maneira, posso garantir que grande parte das medidas já era aplicada no Brasil. Portanto, o efeito da demonstração dessas medidas, do sucesso delas foi importante. Essa é uma das razões de o País ser muito solicitado a ter uma participação importante nesse mecanismo de definição de novas regulamentações.

O Deputado Duarte Nogueira faz perguntas sobre a questão fiscal e o superávit primário. Ele menciona uma série de números. S.Exa. faz uma pergunta objetiva e direta: qual é a ação planejada do Banco Central sobre a questão do superávit primário?

Minha resposta, também bastante objetiva, assim como a pergunta de S.Exa., é que o Banco Central não tem, evidentemente, uma responsabilidade, uma prerrogativa sobre a gestão fiscal do Governo — seja a fixação do superávit primário, seja a gestão da liberação de recursos para o Orçamento. O Ministério do Planejamento está a par da sua responsabilidade, juntamente com o Congresso Nacional, na fixação do Orçamento; e depois a Fazenda, na gestão do processo de dispêndio e também de arrecadação de recursos, por meio da Receita Federal.

O que o Banco Central faz, isso sim, é levar em conta a evolução dos resultados previstos e incorporar nas suas projeções de inflação. Em resumo: quando o impulso fiscal, a expansão fiscal leva a um aumento da atividade, em consequência do impacto inflacionário; ou quando, ao contrário, há uma contração e, portanto, há uma restrição no nível de atividade, devido a uma contração da despesa pública. Muito bem. E isso já está sendo levado em conta. Quer dizer, nossas projeções de inflação, já divulgadas nos documentos oficiais do Banco Central, já levam em conta toda essa trajetória prevista para as contas públicas nos próximos meses e no correr do ano de 2010. Portanto, essa é a minha avaliação.

Deputado, é verdade — e V.Exa. diz isso — que a dívida pública subiu no início deste ano, em relação ao final do ano passado. Mas eu chamo a atenção de V.Exa. para o fato de que houve uma queda pronunciada em poucos meses. De 2007 para 2008, caiu bastante; mas, particularmente, houve uma queda grande de agosto de 2008 para dezembro de 2008. Essa queda pronunciada foi resultado, exatamente, do fato de o setor público brasileiro ser credor líquido internacional, o que significa que os nossos créditos em dólares ou em outras moedas são muito superiores aos nossos débitos, às nossas dívidas. Isso fez com que, no momento em que houve uma depreciação cambial e o dólar chegou a 2 reais — até a 2,40 reais, nos piores momentos; mas acima de 2 reais, certamente, no final do ano passado —, o valor das reservas em reais subiu, e o valor da dívida também. Mas como as reservas são muito maiores que a dívida externa, como





## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mostra a transparência, a projeção, então nós tivemos aumento da posição líquida do Tesouro e, portanto, queda da dívida líquida. Com a normalização dos mercados e a volta do dólar ao patamar atual, nós temos, em consequência, uma evolução diferente.

Então, eu posso lhe dizer que esse número do final do ano é comparável com o número pré-crise — um pouquinho superior, mas não é substancialmente superior. Portanto, os números de 2010 já entram em patamares inferiores ao nível pré-crise.

Vou lhe mostrar agora uma comparação com outros países, exatamente para que V.Exa. tenha uma boa ideia de como está avançando essa questão.

Vejam aqui, em verde, a evolução da dívida pública brasileira com percentuais do produto em relação ao desenvolvimento antes da crise e depois da crise, a previsão para os próximos anos, até 2010, e a comparação com outros países.

V.Exa. pode verificar que, de fato, a deterioração fiscal da situação da maior parte dos países, hoje, é muito grande devido ao volume de recursos que foram despendidos na crise e para enfrentar a crise. Os Estados Unidos são o exemplo mais notório. O país sai de 43,2% — percentual equivalente ao brasileiro; um pouquinho menor. Os dados são de 2007: Brasil, 43,9%; Estados Unidos, 43,2%. Os Estados Unidos chegarão a 70,4% no final de 2010. As medidas tomadas pelo Governo brasileiro, pelo Banco Central, rapidamente, no início da crise, atuando sobre os canais de transmissão, fizeram com que o custo de enfrentamento da crise fosse muito menor no Brasil. Repito: isso não é responsabilidade do Banco Central. Estou apenas citando alguns dados para V.Exas.

Falarei sobre o déficit fiscal nominal — isto é, depois do pagamento de juros —, que é o que impacta, em última análise, a dívida. Comparemos o Brasil com outros países do G-20. Se compararmos com a média do G-20, por exemplo, veremos que o déficit fiscal nominal do Brasil era, até 2007, de 2,5%; em 2007, o do G-20 era de 2,1%. Se olharmos 2009, veremos que sobe, sim, para 3,2%. Mas o do G-20 sobe para 8,1%; o dos países desenvolvidos, para 10%; o dos emergentes do G-20, para 4,9%. O Brasil, portanto, está numa média inferior mesmo em relação aos emergentes do G-20. Se olharmos 2010 (em verde), veremos: G-20, 6,9%; desenvolvidos, 8,7%; emergentes do G-20, 4,2%; Brasil, 1,3%. Se olharmos 2014, veremos o Brasil ainda numa posição favorável; e a média dos emergentes do G-20 passando, portanto, a esse patamar brasileiro.

Se compararmos, como mencionei, o custo fiscal da crise do Brasil com o de outros países, veremos que ele foi bastante moderado, bastante aceitável, equivalente ao da Índia (1,2% do produto) e ao da Turquia (1,1%). Praticamente, só um país teve um custo menor: a Itália. Todos os demais países relevantes tiveram custos substancialmente maiores que o Brasil, inclusive, a Coreia do Sul, que está tendo uma recuperação rápida, mas com um custo de 8,3% do produto.

Em resumo, esse é o resultado das medidas rápidas tomadas de injeção de liquidez, de compulsório, de empréstimo de reserva, de mercados futuros, que fizeram com que a economia não se deteriorasse e, portanto, o custo fiscal fosse focado na indústria, na redução de IPI, na questão da construção civil, na questão do aporte de recursos do BNDES etc., permitindo que o País saísse da crise com maior rapidez e com menor custo.

Obrigado.

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** - Sr. Presidente, a questão da poupança.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** - Ah, desculpe-me.

Existe, Deputado, uma questão importante. A taxa de juros real no Brasil está caindo, como eu mostrei. Isso gera alguns ajustes na sociedade brasileira. O Brasil tem uma história, como sabemos, de taxa de juros muito elevada. E existiram mecanismos de indexação da economia, mecanismos de remuneração das aplicações financeiras, que, de novo, refletiram um patamar de juros elevados na economia brasileira. A poupança tem um patamar de juros mínimos fixados pela lei, pela estrutura legal do País, de meio por cento ao mês, real, na medida em que, além disso, há a TR. E a queda de juros leva a algumas necessidades de ajuste desse processo.

Em resumo, tudo na vida tem vantagens e desvantagens. No momento em que as taxas de juros estão altas, aqueles que pagam juros têm um custo maior. No momento em que cai a taxa de juros, aqueles que pagam juros ficam felizes. É normal. Aqueles que recebem juros — estão aplicando nas poupanças ou nos investimentos financeiros — recebem menos. É uma desvantagem. Então, a opção adotada pelo Governo foi exatamente fazer uma tributação nas poupanças de maior valor, em função dessa tendência histórica de queda da taxa de juros no Brasil, nos mercados financeiros.

Evidentemente, os senhores é que irão decidir se essa é a melhor opção. Essa é uma prerrogativa do Congresso Nacional, que irá debater intensamente esse assunto. Infelizmente não poderei participar do debate, porque tive de renunciar ao meu mandato de Deputado. Mas, certamente, os senhores terão oportunidade de debater essa questão aqui.

**(Não identificado)** - O PSDB perdeu um grande quadro.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) - Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES** - Eu acho que essa questão da caderneta de poupança deveria tomar outro caminho: não tributar a poupança e reduzir o imposto sobre os títulos da renda fixa.

Informo que apresentarei emendas no sentido... O objetivo é evitar a migração. Não há razão para tributar aquele estoque anterior. Se as pessoas que já tinham, na data do envio da proposta, um estoque de poupança de 100, 200, 300, isso não seria atingido. Seria tributado o acréscimo do estoque, a remuneração do acréscimo do estoque existente no momento do envio, ou com uma data prefixada para impedir que tivesse até o caráter retroativo dessa tributação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) - Passemos ao segundo bloco.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

**O SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI** - Agradeço ao Deputado Pedro Novais, que preside esta sessão. Cumprimento o Deputado Rômulo Gouveia, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Deputados. Cumprimento o Senador Francisco Dornelles, na pessoa de quem cumprimento os Senadores presentes.

Na verdade, o Brasil está de parabéns. Com a exposição do brilhante Presidente do Banco Central, pudemos constatar que o Brasil está de parabéns. E parabéns não acontece por acaso. Os resultados não acontecem por acaso. Eu atribuo esse resultado a 2 grandes grupos de fatores: um deles é a gestão.

O Senador Francisco Dornelles foi muito feliz quando fez referências elogiosas a V.Exa. Até me encabulo em todas as audiências, em todos os momentos em que tenho a oportunidade de cumprimentá-lo. Sempre repito que o acompanho desde a época do BankBoston V.Exa., realmente, é uma figura, um cidadão, um gestor de credibilidade internacional. Graças a Deus — e Deus é brasileiro —, nós temos Henrique Meirelles tomando conta do Brasil.

As demais condições são favoráveis, naturais do próprio Brasil: área continental, população, riquezas naturais, potencialidade, produtora de produtos primários, tecnologia. Uma série de fatores fez com que o Brasil, na verdade, se acostasse aos países do Primeiro Mundo.

Desde criança, sempre ouvi dizer que o Brasil seria o país do futuro. Só lamento estar, aos 63 anos, no presente do futuro. Gostaria de, pelo menos, partilhar da metade desse sucesso brasileiro. Estou, na verdade, vivendo num país do presente — ele que era um país do futuro.

Eu gostaria de fazer uma abordagem e depois um questionamento. Conforme já disse a V.Exa., somos um país de primeiro mundo em relação a vários setores, mas ainda somos um país de terceiro mundo no tocante à prática de juros, fundamentalmente dos cartões de crédito.

V.Exa. já explicou várias vezes que, dentro da legislação brasileira, existem limitações do controle do Banco Central no tocante aos juros praticados pelos cartões de créditos. Porém, da mesma forma que o Brasil soube superar a crise internacional... Quando quer resolver alguma coisa, o Brasil sabe como fazê-lo. Mostrou isso superando a crise internacional e partindo na frente na recuperação, na vanguarda de diversos outros países.

É chegado o momento de o Brasil... Não sei se Governo, Banco Central, Ministro... Algo tem de acontecer no sentido de adequar o País a praticar. No tocante aos juros de cartões de crédito, deve ser algo compatível com os demais juros praticados no País.

O dano causado à economia nacional, o dano causado ao comércio, o dano causado ao cidadão, no tocante aos cartões de crédito, é uma coisa realmente assombrosa. Este é o momento de o País se posicionar em relação a esse assunto.

A pergunta que farei diz respeito à correlação da taxa cambial de moedas, como o dólar, que V.Exa. apresentou com muita maestria. Refiro-me à comparação da nossa moeda com o dólar, comparativamente com o da Austrália e o da Nova Zelândia. Não sei se V.Exa. tem no computador... Gostaria que fosse feito um simulado, tendo em vista que os 3 países que estão tendo melhor desempenho, em relação ao crescimento do PIB, são China, Coreia do Sul e Brasil, de acordo com o gráfico que V.Exa. apresentou.

Gostaria de ter uma correlação no tocante, também, ao comportamento da taxa de câmbio. Da mesma forma que houve comparação com a Austrália e a Nova Zelândia, gostaria que fosse feito um comparativo com a Coreia do Sul e a China, 2 países que estão crescendo.

Gostaria de ser informado sobre isso posteriormente, se esse dado não puder ser fornecido de imediato. É muito interessante, em termos de correlação, ter uma referência da nossa moeda em relação ao dólar, comparativamente com China e Coreia do Sul.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) - Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Fernando Marroni.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI** - Obrigado, Presidente Pedro Novais.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Cumprimento o Ministro Henrique Meirelles, os Presidentes das demais Comissões, os Senadores, os Deputados.

Eu não tenho 63 anos como V.Exa., Senador — tenho um pouquinho menos —, mas jamais imaginei que viveria um momento destes, Presidente Henrique Meirelles, vendo a taxa de desemprego nos Estados Unidos maior que a do Brasil. Para mim esse é o indicador efetivo da economia e do bem-estar do povo brasileiro.

Na Semana da Pátria, assistimos ao desfile. Antigamente víamos carros de combate sucateados, equipamentos da polícia caindo aos pedaços. Hoje vemos carros novos, equipamentos novos, todo mundo animado.

Agora mesmo tivemos uma reunião na Marinha do Brasil, que está animadíssima com o nosso programa nuclear. Além da defesa, há um desenvolvimento efetivo da tecnologia brasileira.

Eu nunca imaginei que nós estaríamos vivendo um momento destes pós-crise. O jornal *Le Monde*, esta semana, reconhece que o Presidente tinha razão — aliás, teve muita sorte — ao dizer que a crise no Brasil seria uma marolinha.

É uma alegria imensa ver o nosso País bem dirigido, bem governado, bem sustentado, no Banco Central, pelo Dr. Henrique Meirelles; enfim, com todos os indicadores, que nos animam muito.

O mundo inteiro afirma que boa parte da crise financeira veio da desregulamentação financeira no mundo. E o Brasil participa. V.Exa. participa, como representante brasileiro no G-20. A nossa contribuição para a regulação desse termo no capital financeiro internacional... Efetivamente, qual é a nossa contribuição nesse sentido?

Também faço referência ao *spreed* bancário, que chega no consumidor, chega lá na ponta. Quando vamos tomar o crédito, temos uma taxa de juros estabelecida pelo Banco Central e depois temos uma realidade na boca do caixa. É agregado o *spreed* bancário, que contribui muito para o aumento dessa taxa na tomada do crédito.

O que poderia ser feito, Presidente, nesse sentido? O que o COPOM tem feito em relação ao *spreed* bancário para que o consumidor, aquele que precisa do crédito para o desenvolvimento das suas atividades econômicas, possa se beneficiar mais do bom desempenho da economia brasileira?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) - Obrigado, Deputado Fernando Marroni.

Com a palavra o último orador do segundo bloco, Deputado Gilmar Machado. Em seguida darei a palavra ao Deputado Cleber Verde, e depois encerraremos a reunião.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Sr. Presidente, eu me inscrevi para cumprimentar, mais uma vez, o nosso Presidente do Banco Central e dizer que o esforço é comum, coletivo de todos aqui, para que, de fato, o País continue dando sinais de recuperação e, acima de tudo, para que essas taxas de juros continuem caindo.

Temos de fazer com que a taxa caia, mas ao mesmo tempo precisamos ter responsabilidade. Inclusive, na discussão do Orçamento, nós tínhamos 2 opções: ou fazer um orçamento real, ou tentar fazer algumas coisas um pouco artificiais. Poderíamos inventar uma queda do juro, já antecipando o Banco Central, para conseguir um recurso a mais. Optamos por não fazer isso, pois seria exatamente não ajudar neste momento. Poderíamos fazer um orçamento artificial, mas depois poderíamos ter mais dificuldades.

Então, nós vamos enfrentar o debate, Sr. Presidente do Banco Central. Sei que é difícil para esta Casa. Mas, em relação às emendas de bancada e de comissão, entendemos que é chegada a hora. Estamos tentando honrar as emendas individuais. Mas, em relação às outras, realmente vamos dizer que nós quase não conseguimos cumpri-las. É melhor fazer isso do que ficar dizendo que a taxa de juros vai cair mais "tanto", que vamos reduzir o PIB, que vai subir 5%, 6%, e não ser real.

O Brasil está chegando num momento de maturidade. Nós precisamos realmente ser realistas. Todo mundo deve dar a sua contribuição e entender que esse esforço... Pode ser que, agora, percamos alguma coisa, mas lá na frente a tendência é melhorar, é conseguir realmente ajustar.

Tivemos um orçamento muito apertado este ano. Estamos concluindo o ano com muita austeridade. Acho que no ano que vem melhorará um pouco. Mas isso não significa que possamos nos dar o luxo de continuar fazendo... ou pensando que vai haver uma redução grande da taxa de juros, para podermos ter recurso a mais para fazer algumas coisas. No Orçamento conseguimos atender melhor um setor ou outro, e depois acaba não sendo real.

Quero, mais uma vez, cumprimentar o Presidente do Banco Central e dizer que, em relação a esse debate sobre a poupança, mesmo não falando na condição de Vice-Líder do Governo, temos conversado. Essa matéria ainda virá para esta Casa. O Governo ainda está estudando o assunto. Eu, particularmente, trato dessa questão como uma coisa que não é imediata. Temos de fazer um debate claro, profundo. Todas essas alterações, às vezes, podem não trazer o resultado que imaginamos.

Realmente estão corretos o Ministro da Fazenda e V.Exa. em ter cautela para fazermos estudos, mas não ter nada definido. E que possamos aqui ter um espaço para esse debate. Eu acho que nós teremos, neste final de ano, outras



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

matérias prioritárias, como a questão do pré-sal. Espero que o debate sobre a poupança fique para o próximo ano, já tendo outros resultados, inclusive do Orçamento já fechado deste ano.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) - Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Cleber Verde.

**O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE** - Sr. Presidente, Deputado Pedro Novais, que tão bem representa o Estado do Maranhão, quero cumprimentar V.Exa. e todos os Srs. Deputados presentes nesta audiência. Cumprimento também o Sr. Henrique Meirelles.

Na verdade, sinto-me contemplado com a pergunta feita pelo nosso Líder do PRB. O Senador manifesta sua preocupação com os juros, principalmente os dos cartões de crédito. Foi comentada e tão bem colocada por ele a questão do crescimento das outras potências mundiais. Com a crise, surgiram novos países que emergiram como potência econômica. E já se comenta a possibilidade de se criar uma moeda mundial.

Ministro, qual é a sua posição quanto à criação dessa moeda mundial para fugir do dólar, considerando principalmente que os Estados Unidos, pelo que foi dito, e pelo que todos sabemos, foram os responsáveis pela crise e ainda não conseguiram sair dela? Gostaria de saber qual é a sua opinião, se isso é possível de fato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Rômulo Gouveia, representando a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

**O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA** - Sr. Presidente, quero me associar ao pronunciamento do Senador Roberto Cavalcanti. Recentemente tivemos um encontro na Câmara de Diretores Lojistas de Campina Grande. Debatesmos essa questão do cartão de crédito. Aproveito a oportunidade e me associo ao pronunciamento de S.Exa.

Com a presença do Ministro e Presidente, com certeza vamos levar uma resposta para os setores produtivos do nosso Estado e do País inteiro. Parabéns S.Exa. pelos dados apresentados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) - Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** - Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos Srs. Deputados, aos Srs. Senadores Francisco Cavalcanti e Francisco Dornelles os cumprimentos. Gostaria também de agradecer ao Deputado Fernando Marroni, em nome de toda a equipe do Banco Central.

Quanto à questão do cartão de crédito — pergunta do Senador Francisco Cavalcanti, reforçada pelo Deputado Rômulo Gouveia —, nós já estamos na fase final de estudos sobre esse assunto. Existe um grupo de trabalho, organizado pela Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça; pela Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda; e pela área de política monetária do Banco Central.

Essas 3 áreas técnicas já fizeram, inclusive, um processo preliminar de recomendações. Isso foi submetido a uma audiência pública, que já terminou. Está-se, agora, num processo final. As recomendações serão levadas à diretoria do Banco Central, à Direção dos Ministérios, para que se possa fazer uma série de recomendações.

Como o Senador mencionou, e o Deputado também, é correta a afirmação de que o Banco Central não tem regulação, hoje, sobre o mercado de cartões de crédito ou supervisão sobre esse setor. Existe, portanto, uma série de propostas a esse respeito. Elas visam, em última análise, assegurar maior competição no mercado, maior transparência, exatamente para que, como disse muito bem o Senador, a taxa de juros cobrada pelos cartões se aproxime da taxa média cobrada nas operações de empréstimos.

E isso tudo, certamente, será levado também ao Congresso Nacional. Existe uma subcomissão da Comissão que trata do enfrentamento da crise, organizada pela Câmara dos Deputados, que já está trabalhando em conjunto conosco. Certamente existirão propostas. Algumas delas serão objeto de autorregulação do próprio sistema, possivelmente, por meio de um protocolo. Existem também algumas decisões que deverão ser tomadas pelo CADE, na área da concorrência. Uma delas já foi tomada ontem. E existirão também, possivelmente, algumas decisões a serem tomadas pelo Congresso Nacional, na sua atribuição.

Portanto, nós estaremos, dentro de cerca de 30 dias... Espera-se que essas recomendações sejam levadas à diretoria do Banco, por exemplo, até o final do mês. Mas eu acredito que possivelmente isso demandará um pouco de debate entre as instituições envolvidas — Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Banco Central, e também no âmbito do Conselho Monetário Nacional. Esperamos que dentro de cerca de 30 dias estejamos concluindo essas recomendações — talvez até um pouco mais de 30 dias. Mas certamente até o final de outubro... Final de setembro é a data para conclusão dos órgãos técnicos; portanto, levarão as recomendações até as Direções. A partir daí, suponho que teremos no máximo mais 30 dias até a conclusão.

Quanto à correlação com outros países, como eu disse, Senador, não há uma correlação direta, certamente, entre o real e as moedas da Coreia e da China. A correlação do real se dá em relação aos países produtores de *commodities*.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É um pouco controverso nós tentarmos relacionar taxas de câmbio com medidas de recuperação da crise. A Coreia, por exemplo, de fato teve uma taxa de crescimento elevada no segundo trimestre; mais do que o Brasil — o Brasil, quase 8%; a Coreia, 11%. É importante mencionar, no entanto, que no quarto trimestre de 2008 o produto da Coreia caiu quase 19%. Portanto, caiu muito e teve uma recuperação um pouco maior.

Se nós olharmos o conjunto pré-crise até hoje, veremos que o desempenho do Brasil é equivalente ao da Coreia; dependendo das medidas, até um pouquinho superior, por causa do seu maior equilíbrio, apesar de os índices percentuais serem similares.

Se olharmos desde o terceiro trimestre e levarmos em conta a queda e a posterior recuperação, veremos que os índices têm certa similaridade. Portanto, não há de forma clara uma recuperação maior da Coreia, necessariamente. Ela seria aparente se nós levássemos em conta apenas o índice do segundo trimestre. Certamente, o do Brasil é um dos maiores do mundo, mas o desempenho do País é similar nesse aspecto.

A situação da China é diferente. A economia daquele país não é comparável com as demais economias do mundo, por várias razões; inclusive na saída da crise.

A China aplicou uma dose de expansão de crédito, induzida pelo setor governamental, numa dimensão bastante importante. Quer dizer, o crédito na China, nos últimos meses, cresceu cerca de 200%.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELES** - Essa é uma questão a ser analisada no final do processo, Senador. Vamos ver o que resultará desse processo como um todo.

Evidentemente, a China tem outra estrutura. A pergunta que se fez, inclusive, nos órgãos internacionais era neste sentido: *"Muito bem. E as perdas de crédito poderão ou não ser geradas por isso? O Governo chinês tem condições de absorvê-las?"* A resposta é que, aparentemente, sim, porque a China tem uma característica muito importante. A taxa de poupança nacional na China, como percentagem do produto, é de cerca de 51%. Quer dizer, de cada dólar produzido ou de *(ininteligível)* como medimos isso, de cada unidade de moeda produzida pela China, 50% são poupados; e 42% apenas são investidos. Portanto, não só a China investe 42%, como ainda poupa 9% — poupança líquida. O Governo chinês tem recursos para fazer esse tipo de investimento, inclusive para subsidiar a moeda, subsidiar a exportação, porque tem recurso fiscal para isso, diferentemente de outros países. Além do mais, a China tem uma demografia que não só favorece maior crescimento, mas que o exige. Demografia no sentido de que a população chinesa de tal porte e a migração de trabalhadores das áreas agrícolas para as áreas industriais é de tal magnitude, que a China precisa crescer a taxas muito elevadas apenas para manter o equilíbrio de sua sociedade. A China precisa criar de 20 a 30 milhões de novos postos de trabalho por ano simplesmente para manter esse fluxo funcionando. Além do mais, a renda *per capita* cresce num patamar mais baixo. Vivem num processo similar ao que foi vivido no passado pelo Japão. Saiu e já esgotou esse processo, a Coreia. Da mesma forma o próprio Brasil, na primeira metade do século XX, quando teve taxas de crescimento muito elevadas, exatamente em virtude do mesmo fenômeno demográfico. De qualquer maneira, enviaremos ao Senador esses dados precisamente.

Em relação às perguntas do Deputado Fernando Marroni, quanto à contribuição do Brasil para a regulamentação financeira internacional e os avanços, Deputado, penso que realmente, como mencionei, a maior foi o seu bom exemplo, o bom desempenho dos mercados financeiros brasileiros na crise. Estávamos, de fato, numa posição de avanço em relação ao que existia, na medida em que boa parte das decisões tomadas pelas autoridades reguladoras, fiscalizadoras e monetárias, nas últimas semanas, estão em linha com o já aplicado no País.

Apenas para deixar uma informação importante a respeito, reuniu-se na Basiléia, há cerca de 10 dias, um grupo formado pelos presidentes de bancos centrais e autoridades reguladoras e fiscalizadoras dos 27 países mais importantes do ponto de vista econômico do mundo. Tomaram a decisão exatamente para fixar essas regras em conjugação com a orientação do G20. Essa foi uma determinação para que o Comitê da Basiléia, que estabelece formalmente essas normas, apresente a sua proposta de definição até o final deste ano, além da nossa participação individual, não só minha pessoal, como de outros dirigentes do Banco Central nos diversos comitês dos órgãos internacionais da Basiléia.

Em relação à questão do *spread* bancário, posso afirmar que, de fato, esse é um processo que está em andamento no Brasil. Existe hoje uma queda gradual dos *spreads* nos últimos anos. Agora, na saída da crise, uma participação muito importante dos bancos públicos, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, do próprio BNDES, que baixaram de maneira a que, através do processo competitivo, possamos ter uma diminuição gradativa do processo de formação dos *spreads*.

O Banco Central tem aperfeiçoado muito e deve estar divulgando proximamente novas medidas de *spread*. Quer dizer, tornando cada vez mais transparente o mecanismo de formação de *spread* no Brasil. Isso é importante por quê?



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Porque permite também à sociedade acompanhar e cobrar um pouco mais esse aspecto. E quanto maior a competição, melhor.

Para não deixar de mencionar esse assunto, eu diria que é muito importante a questão do cadastro positivo, porque aumenta a possibilidade de competição. Já foi aprovado um projeto na Câmara dos Deputados que está agora em fase final no Senado. Acredito que isso será algo muito importante, de fato, para permitir ao sistema maior competição. É importante isso, Deputado, porque, vamos supor, uma determinada instituição, digamos, a Caixa Econômica Federal, queira competir, ter a sua conta, oferece uma taxa de juros mais baixa. Se o senhor trabalha com outra instituição bancária há muitos anos e o seu histórico bancário está na outra instituição, a Caixa Econômica terá maior dificuldade de oferecer um crédito em condições melhores que o outro banco. Se a Caixa, neste exemplo, puder ter acesso ao seu histórico na outra instituição, ela terá condições de oferecer uma taxa de juros que vai permitir — aí sim, como existe em muitos outros países — uma competição mais acirrada.

Tive a experiência de trabalhar em outros países. Cheguei a dirigir uma instituição com presença em 32 países e posso afirmar que, de fato, na maior parte desses países, os *spreads* são mais baixos que no Brasil. E num país particularmente onde eu trabalhava, o *spread* era um dos mais baixo do mundo. Mas posso afirmar, pela minha experiência nesse mercado, que isso chega a esse ponto pela competição e não porque as pessoas decidiram fazer um *spread* mais baixo. Tem de fazer porque a competição força a isso.

É esse o caminho de fato.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** - Sr. Presidente, não é uma diferença também de metodologia de cálculo do *spread*? No Brasil, usa-se metodologia diferente de outros países. A metodologia de cálculo do *spread*, no Brasil, não inclui os créditos direcionados, que são os *spreads* baixos — os outros países incluem. Então, penso que há também uma diferença de metodologia.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** - Nós estamos exatamente mudando um pouco, Deputado, os andamentos no Banco Central, para que possamos divulgar os diversos tipos de empréstimos. O que V.Exa. menciona é a divulgação do *spread* dos créditos livres e não dos créditos direcionados. Então, certamente, serão divulgados também os créditos selecionados no futuro, o que permitirá comparação. Como mencionei, estamos avançando na transparência.

Ouvimos também as declarações dos Deputado Gilmar Machado e Cleber Verde. Pela minha impressão, quero esclarecer com S.Exas. se há alguma pergunta específica que seria importante ou apenas os esclarecimentos prestados ao plenário.

À questão do Deputado Rômulo Gouveia, sobre o cartão de crédito, já respondemos.

Eu gostaria, portanto, apenas de agradecer mais uma vez a todos a deferência, os cumprimentos e a qualidade do debate. Como sempre, é uma satisfação enorme estar aqui na Câmara, principalmente num momento em que podemos ter uma reunião tão tranquila, na medida em que a situação do Brasil vai bem. Aparentemente, o trabalho do Banco Central está sendo bem reconhecido por V.Exas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) - Parabéns, Dr. Henrique Meirelles.

Agradeço o comparecimento a S.Exa. e à sua equipe técnica. Estendo os agradecimentos também ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Rômulo Gouveia, e ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Félix Mendonça, assim como aos demais Parlamentares presentes.

Está encerrada a reunião.